

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expreso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que institui o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

No controle do patrimônio das empresas rurais, o resultado da exploração da atividade pelo empreendimento privado de origem física, abrangendo as receitas, as despesas de custeio, os investimentos e demais valores que integram a atividade rural, é apurado mediante escrituração do livro

- (A) razão.
- (B) caixa.
- (C) de apuração.
- (D) de inventário.

QUESTÃO 32

Em relação às definições associadas à Demonstração do Valor Adicionado (DVA), o valor adicionado representa

- (A) os haveres distribuídos pela empresa a título de participação para composição e formação do ativo circulante.
- (B) os valores reconhecidos na contabilidade da empresa oriundos de baixas por alienação de ativos não circulantes.
- (C) a afluência de direitos da empresa medida pela conciliação entre o fluxo de caixa e o resultado operacional em transações com terceiros.
- (D) a riqueza criada pela empresa, geralmente medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros.

QUESTÃO 33

Os elementos das demonstrações contábeis: ativos, passivos e patrimônio líquido, definidos na Estrutura Conceitual, se referem

- (A) à posição financeira da entidade que reporta.
- (B) ao desempenho financeiro da entidade que reporta.
- (C) à configuração de continuidade operacional da entidade que reporta.
- (D) ao rendimento frente ao risco da carteira de itens da entidade que reporta.

Analise as contas e respectivos saldos da Empresa RDC Ltda descritas no Texto 1 para responder às questões 34 e 35.

Texto 1

- Contas a receber de curto prazo:	R\$ 192.500,00
- Estoques de mercadorias:	R\$ 231.000,00
- Salários a pagar:	R\$ 192.400,00
- Computadores e periféricos:	R\$ 187.500,00
- Fornecedores:	R\$ 120.000,00
- Empréstimos a controladas:	R\$ 240.000,00
- Impostos a pagar:	R\$ 72.000,00
- Empréstimos de longo prazo:	R\$ 144.000,00
- Banco conta movimento:	R\$ 115.900,00

Elaborado pelo(a) autor(a).

QUESTÃO 34

Com base nas informações prestadas no Texto 1, a necessidade de capital de giro da empresa é de

- (A) R\$ 39.100,00.
- (B) R\$ 44.000,00.
- (C) R\$ 155.000,00.
- (D) R\$ 198.500,00.

QUESTÃO 35

Considerando as informações prestadas no Texto 1 e o fato de que a média do giro nos estoques do setor em que a empresa está inserida é de 08 (oito) vezes, para que a empresa alcance essa média suas vendas anuais deverão ser de

- (A) R\$ 3.696.000,00.
- (B) R\$ 2.541.000,00.
- (C) R\$ 2.079.000,00.
- (D) R\$ 1.848.000,00.

Analisar as informações do Texto 2 para responder às questões 36 e 37.

Texto 2

Vendas do período:	R\$ 7.920.000,00
Compras do período:	R\$ 6.048.000,00
Contas a receber de curto prazo:	R\$ 440.000,00
Estoques:	R\$ 280.000,00
Contas a pagar de curto prazo:	R\$ 576.000,00
Custo dos produtos vendidos:	R\$ 5.040.000,00

Elaborado pelo(a) autor(a).

QUESTÃO 36

Com base nas informações prestadas no Texto 2, o prazo médio de rotação dos estoques é de

- (A) 09 dias.
 (B) 18 dias.
 (C) 21 dias.
 (D) 28 dias.

QUESTÃO 37

Com base nas informações prestadas no Texto 2, o prazo médio de recebimento das vendas é de

- (A) 20 dias.
 (B) 25 dias.
 (C) 27 dias.
 (D) 30 dias.

QUESTÃO 38

A Empresa ABC registrou em um determinado período as seguintes contas e respectivos saldos, em R\$, listadas a seguir.

Bancos	13.460,00
Salários a pagar	27.750,00
Capital social	177.280,00
Contas a receber de curto prazo	47.600,00
Empréstimos obtidos de longo prazo	48.340,00
Reserva de lucros	33.510,00
Veículos	113.920,00
Computadores e periféricos	40.200,00
Estoques	33.500,00
Softwares	60.800,00
Impostos a pagar	22.600,00

Elaborado pelo(a) autor(a).

De acordo com as informações, a composição do endividamento da Empresa ABC no período é de

- (A) 0,28.
 (B) 0,38.
 (C) 0,51.
 (D) 0,85.

QUESTÃO 39

Analisar as informações a seguir apresentadas pela Empresa KLD referente ao mês de junho de 2023.

- Aquisição de mercadorias, já descontada a tributação e o frete, no valor de R\$ 750.400,00.
- Venda de 60% das mercadorias adquiridas por R\$ 406.000,00.
- Lucro bruto na transação de R\$ 105.840,00.
- A empresa está sujeita, nas operações de compra e venda, à incidência de ICMS de 17% e à do PIS de 1,65%, e à da COFINS de 7,6%, no regime não cumulativo.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Ao elaborar a demonstração de resultado de exercício (DRE) do período em referência, o contador evidenciará um custo das mercadorias vendidas no valor de

- (A) R\$ 193.585,00.
 (B) R\$ 299.425,00.
 (C) R\$ 300.160,00.
 (D) R\$ 344.400,00.

QUESTÃO 40

As informações a seguir foram extraídas da Demonstração do Fluxo de Caixa divulgada pela Empresa AMD relativa ao exercício de 2023.

- Empréstimo bancário obtido no exercício corrente	R\$ 10.000,00
- Dividendos distribuídos	R\$ 4.375,00
- Lucro líquido do exercício	R\$ 8.750,00
- Aumento em fornecedores	R\$ 1.560,00
- Aumento de capital em depósito bancário	R\$ 5.625,00
- Diminuição em tributos a recolher	R\$ 1.040,00
- Despesas de depreciação	R\$ 3.125,00
- Ganho em transação de bens do ativo imobilizado	R\$ 4.688,00

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base nessas informações, o fluxo de caixa operacional da empresa representou um aumento do disponível de

- (A) R\$ 11.772,00.
 (B) R\$ 10.525,00.
 (C) R\$ 8.747,00.
 (D) R\$ 7.707,00.

QUESTÃO 41

As informações a seguir foram extraídas do balancete da Empresa PRC relativo ao exercício de 2023.

- Receita bruta de vendas	R\$ 328.750,00
- Despesas com salários dos agentes administrativos	R\$ 14.280,00
- Despesas de depreciação	R\$ 5.715,00
- Impostos sobre vendas	R\$ 22.860,00
- Receita financeira	R\$ 20.000,00
- Devolução de vendas	R\$ 7.140,00
- Despesas com honorários diversos	R\$ 1.630,00
- Compras de estoque	R\$ 62.850,00
- Estoque final do exercício anterior	R\$ 14.280,00
- Estoque final do exercício atual	R\$ 11.440,00
- Abatimento sobre vendas	R\$ 2.280,00

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base nestas informações, ao elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o valor da receita líquida de vendas e o valor do lucro antes das receitas e das despesas financeiras serão, respectivamente,

- (A) R\$ 305.890,00 e R\$ 230.780,00.
 (B) R\$ 296.470,00 e R\$ 209.155,00.
 (C) R\$ 289.330,00 e R\$ 216.500,00.
 (D) R\$ 256.480,00 e R\$ 210.785,00.

QUESTÃO 42

As informações a seguir foram extraídas da Demonstração do Valor Adicionado da Companhia TGU relativa ao exercício social de 2022.

- Receitas de vendas de mercadorias, produtos e serviços	R\$ 1.005.880,00
- Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	R\$ (544.120,00)
- Resultado de equivalência patrimonial	R\$ 132.350,00
- Constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	R\$ (94.110,00)
- Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	R\$ (135.295,00)
- Depreciação, amortização e exaustão	R\$ (78.530,00)
- Receitas financeiras	R\$ 27.940,00

Em termos percentuais, o valor adicional total foi assim distribuído:

- Pessoal	30%
- Impostos, Taxas e contribuições	30%
- Remuneração de capitais de terceiros	25%
- Remuneração de capitais próprios	15%

Elaborado pelo(a) autor(a).

De acordo com as informações apresentadas, o valor adicional distribuído para remuneração de capitais de terceiros foi de

- (A) R\$ 47.117,25.
 (B) R\$ 78.528,75.
 (C) R\$ 94.234,50.
 (D) R\$ 163.236,00.

Analise as contas e respectivos saldos do Balanço Patrimonial do ano de 2023 da Empresa LKJ Ltda no Quadro 1 para, utilizando do critério de arredondamento, responder às questões 43 e 44.

Quadro 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	RS
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
-Banco conta movimento	31.360,00	-Duplicatas a pagar	95.760,00
-Aplicações Financeiras	11.760,00	-Impostos a pagar	19.600,00
-Duplicatas a receber	48.720,00	Passivo não Circulante	
-Estoques de mercadorias	36.400,00	-Empréstimos de longo prazo	117.040,00
Ativo não Circulante		Patrimônio Líquido	
-Investimentos	33.600,00	-Capital Social	59.360,00
-Imobilizado	134.400,00	-Reservas de lucros	16.800,00
-Intangível	12.320,00		
TOTAL	308.560,00	TOTAL	308.560,00

Elaborado pelo(a) autor(a).

QUESTÃO 43

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 1, o índice de solvência geral da Empresa LKJ Ltda, corresponde a

- (A) 1,06.
 (B) 1,24.
 (C) 1,33.
 (D) 1,59.

QUESTÃO 44

De acordo com as informações do Quadro 1, o grau de imobilização de recursos não correntes da Empresa LKJ Ltda, corresponde a

- (A) 1,6.
 (B) 1,56.
 (C) 1,02.
 (D) 0,93.

QUESTÃO 45

Conceitualmente, o passivo exigível corresponde a todos os valores que a empresa tem a pagar para terceiros. Dessa forma, qual será o valor do passivo exigível de uma empresa se considerarmos que o seu passivo total é maior que o passivo exigível no valor de R\$ 36.000,00 e que o passivo não exigível corresponde a 25% do passivo exigível?

- (A) R\$ 72.000,00.
 (B) R\$ 108.000,00.
 (C) R\$ 144.000,00.
 (D) R\$ 180.000,00.

QUESTÃO 46

De acordo com a Norma NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a entidade deve reconhecer um passivo no balanço patrimonial quando

- (A) a transação e outros eventos registrarem a sua forma legal.
- (B) o patrimônio líquido das atividades normais da entidade for reduzido.
- (C) o valor de liquidação puder ser mensurado com confiabilidade.
- (D) a mudança de práticas contábeis afetar o lucro no fim do período contábil.

QUESTÃO 47

Na mensuração de estoques de pequenas e médias empresas, a entidade avalia estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para

- (A) transformar os produtos em elaboração e acabados.
- (B) reduzir o valor recuperável e apropriado para a entidade.
- (C) reconhecer os dividendos e os lucros do período.
- (D) completar a produção e as despesas de venda.

QUESTÃO 48

O gerenciamento pela entidade da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, é denominado de

- (A) atividade agrícola.
- (B) produto agrícola.
- (C) transformação agrícola.
- (D) plantação agrícola.

QUESTÃO 49

As informações financeiras devem ser úteis, relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem

- (A) prospectivas, interativas, objetivas e mensuráveis.
- (B) comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.
- (C) preditivas, equitativas, qualitativas e confiáveis.
- (D) completas, efetivas, consistentes e livre de erros.

QUESTÃO 50

Os gastos no qual a empresa incorre quando determinado bem ou serviço é consumido de maneira anormal às suas atividades, decorrentes de inundações, greves, incêndios, entre outros, são chamados de

- (A) desperdícios.
- (B) despesas.
- (C) perdas.
- (D) prejuízos.

QUESTÃO 51

As características qualitativas de informações financeiras identificam os tipos de informações que tendem a ser mais úteis a investidores, credores. A característica qualitativa que permite aos usuários identificarem e compreenderem similaridades e diferenças entre itens é denominada de

- (A) compreensibilidade.
- (B) tempestividade.
- (C) consistência.
- (D) comparabilidade.

QUESTÃO 52

Mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais a entidade mensura ativos, passivos, receitas e despesas em suas demonstrações contábeis. Quais as bases comuns de mensuração que as pequenas e médias empresas podem adotar?

- (A) Custo histórico e valor justo.
- (B) Custo corrente e preço de transferência.
- (C) Custo padrão e líquido realizável.
- (D) Custo de oportunidade e custeio variável.

QUESTÃO 53

Leia o caso a seguir.

Determinada empresa industrial apresentou no final do exercício os seguintes dados:
Produção = 400.000 unidades
Custo fixo = R\$ 200.000
Custo variável unitário = R\$ 1,60

Elaborado pelo(a) autor(a).

Qual é o custo total, em reais, ao final do exercício?

- (A) R\$ 250.000,00.
- (B) R\$ 450.000,00.
- (C) R\$ 640.000,00.
- (D) R\$ 840.000,00.

QUESTÃO 54

A conta Estoques de Produtos Agrícolas – Milho – evidenciada no ativo circulante do balanço patrimonial de determinada empresa rural representa bens de

- (A) liquidez.
- (B) venda.
- (C) numerário.
- (D) controle.

QUESTÃO 55

Determinada empresa apresentou a seguinte demonstração de resultado orçada, na tabela a seguir, para o exercício de 2025.

Receita Líquida	R\$ 600.000,00
(-) Custos variáveis	R\$ 450.000,00
Margem de contribuição	R\$ 150.000,00
(-) Custos fixos	R\$ 200.000,00
Prejuízo líquido	(R\$ 50.000,00)

Elaborado pelo(a) autor(a).

O gestor da empresa acredita que um aumento de R\$ 200.000,00 em desembolso para publicidade de novo produto aumentará as vendas substancialmente. Qual o volume de vendas, em reais, que a empresa obterá o ponto de equilíbrio após gastar os R\$ 200.000,00 com publicidade?

- (A) R\$ 800.000,00.
- (B) R\$ 1.200.000,00.
- (C) R\$ 1.600.000,00.
- (D) R\$ 2.400.000,00.

QUESTÃO 56

O orçamento que se ajusta para as mudanças no volume de vendas, baseado em suposições de receita e comportamento de custo, dentro do intervalo relevante, com relação aos direcionadores de custos apropriados é denominado de

- (A) estático.
- (B) mestre.
- (C) padrão.
- (D) flexível.

QUESTÃO 57

Apurar o resultado do exercício consiste em verificar mediante as contas de resultado, se a movimentação do patrimônio da empresa apresentou lucro ou prejuízo durante o exercício financeiro. São exemplos de contas de resultado:

- (A) receitas de serviços e despesas com pessoal.
- (B) reserva de reavaliação e fornecedores.
- (C) adiantamento a empregado e instalações.
- (D) despesas de juros e salários a pagar.

QUESTÃO 58

A capacidade de verificação ajuda a garantir aos usuários que as informações representem de forma fidedigna os fenômenos econômicos que pretendem representar. Essa verificação pode ser realizada de forma

- (A) contínua ou descontínua.
- (B) direta ou indireta.
- (C) direcionada ou não direcionada.
- (D) conjunta ou isolada.

QUESTÃO 59

Os usuários internos e os externos utilizam a informação contábil para diferentes finalidades. O processo de identificar, mensurar, acumular, analisar interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingirem objetivos organizacionais é denominado de contabilidade

- (A) financeira.
- (B) operacional.
- (C) gerencial.
- (D) finalística.

QUESTÃO 60

O elenco de contas consiste na relação ordenada de todas as contas utilizadas para o registro dos fatos contábeis de uma entidade rural. As contas adiantamento a fornecedor, impostos a recuperar e despesas antecipadas de seguros são classificadas como

- (A) passivo.
- (B) receitas.
- (C) custos.
- (D) ativo.